

g) Nomear os representantes do Turismo de Portugal, I. P., nas Provas de Aptidão e de Avaliação, para acesso às profissões de informação turística e de banca nos casinos;

h) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, à exceção do avião e de viatura própria, bem como os correspondentes abonos e as despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo a que os trabalhadores tenham direito, com observância das regras legalmente definidas nestas matérias e nos limites das respetivas dotações orçamentais aprovadas;

i) Aprovar os mapas de férias e autorizar o gozo e a acumulação de férias, bem como os pedidos de alteração de férias dos trabalhadores;

j) Justificar ou injustificar faltas, bem como visar as relações mensais de assiduidade;

k) Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas similares que decorram em território nacional, bem como os correspondentes encargos, dentro dos limites orçamentais aprovados;

l) Assinar todo o expediente e correspondência relativos às matérias ora subdelegadas.

2 — Na Dr.ª Lídia Maria dos Santos Serras, Diretora da Escola de Lisboa, na Dr. Rui Pedro Travanca Santos, Diretor Interino da Escola do Estoril, na Dr.ª Ana Paula Baptista Pais, Diretora da Escola de Coimbra, na Arq. Dora Gonzalez Araújo, Diretora da Escola do Porto; no Dr. Paulo Miguel Machado Rodrigues Morais Vaz, Diretor da Escola do Douro-Lamego e no Dr. Pedro Moreira, Diretor Interino da Escola do Algarve, com a faculdade de subdelegação nos Diretores de Escola Tipo II e no que respeita à área operacional da respetiva Escola, as competências seguintes:

a) A competência para autorizar as despesas com as aquisições de bens e serviços, com exceção de empreitadas, até ao limite de Euros 15.000 (quinze mil), incluindo a escolha do procedimento a adotar, bem como a prática de todos os demais atos necessários para a formação dos contratos;

b) Independentemente do valor das despesas a que se refere a alínea anterior, a competência para praticar os atos subsequentes à decisão do Conselho Diretivo de abertura dos procedimentos, incluindo a aprovação das minutas dos contratos, com exceção da decisão de qualificação dos concorrentes e da decisão de adjudicação;

c) A subdelegação prevista na alínea anterior compreende também a competência para a decisão de adjudicação, no caso de procedimentos por ajuste direto com convite a uma única entidade;

d) A competência para autorizar a realização de despesas adicionais às despesas previamente autorizadas pelo Conselho Diretivo que decorram de variações das taxas do IVA ou de outros impostos ou taxas obrigatórias, ou ainda da variação de taxas de câmbio;

e) A competência para autorizar a realização de despesas adicionais a despesas previamente autorizadas pelo Conselho Diretivo que não excedam, sem IVA, 5 % do valor inicialmente autorizado por este;

f) A competência para autorizar a inscrição de fornecedor, na sequência da adjudicação resultante de procedimento concursal autorizado pelo Conselho Diretivo;

g) A competência para autorizar a redução dos valores de despesas previamente autorizadas pelo Conselho Diretivo e a reafecção dos montantes reduzidos a outras ações a realizar na mesma área de atividade;

h) Independentemente do valor a que se refere a alínea a), a competência para autorizar, no âmbito de procedimentos pré-contratuais de formação de contratos públicos, a prorrogação do prazo para apresentação de propostas e de documentos de habilitação;

i) Celebrar contratos com formadores externos, orientadores educativos de turma e psicólogos para as estruturas escolares, observados os requisitos exigidos pela legislação aplicável, designadamente a prévia obtenção dos necessários despachos autorizadores da contratação e da realização da correspondente despesa, da competência do membro do Governo responsável pela Administração Pública e do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, respetivamente, assim como a existência de documentos comprovativos de situação regularizada perante a segurança social e as finanças e de apólice de acidentes de trabalho;

j) Autorizar a substituição de formadores cuja contratação já tenha sido autorizada, nos casos em que não exista despesa associada à substituição e desde que o novo formador comprove cumprir os requisitos exigidos pela legislação aplicável, designadamente a existência de documentos comprovativos de situação regularizada perante a segurança social e as finanças e de apólice de acidentes de trabalho;

k) Celebrar contratos com os formandos das estruturas escolares, autorizando o processamento das despesas decorrentes da atribuição de apoios sociais, de acordo com as regras previstas no regulamento dos apoios sociais e legislação aplicável;

l) Celebrar em representação do Turismo de Portugal os acordos individuais de estágio com os formandos e as empresas, onde os mesmos vão realizar o estágio;

m) Exercer as competências previstas no regulamento do aluno, bem como a prática dos atos que se mostrem necessários a dar execução à admissão e reintegração de alunos, nos termos das normas e dos regulamentos aplicáveis;

n) Promover e aprovar as atividades complementares de formação;

o) Promover e autorizar a venda de serviços prestados nos domínios da formação, da certificação e de serviços gerais de apoio ao funcionamento das estruturas escolares, bem como propor as respetivas tabelas de preços;

p) Promover e autorizar a venda de serviços de natureza hoteleira, bem como aprovar as respetivas tabelas de preços;

q) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, à exceção do avião e de viatura própria, bem como os correspondentes abonos e as despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo a que os trabalhadores tenham direito, com observância das regras legalmente definidas nestas matérias e nos limites das respetivas dotações orçamentais aprovadas;

r) Aprovar os mapas de férias e autorizar o gozo e a acumulação de férias, bem como os pedidos de alteração de férias dos trabalhadores;

s) Justificar ou injustificar faltas, bem como visar as relações mensais de assiduidade;

t) Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas similares que decorram em território nacional, bem como os correspondentes encargos, dentro dos limites orçamentais aprovados;

u) Assinar todo o expediente e correspondência relativos às matérias ora subdelegadas.

3 — As competências subdelegadas nos termos do presente despacho abrangem as Escolas de Tipo I e de Tipo II, agregadas no respetivo agrupamento formativo. A Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, embora constituída como Escola do Tipo I, não agrega ainda nenhuma Escola do Tipo II, tendo sido enquadrada transitariamente no Agrupamento Escolar de Lisboa, nos termos da deliberação n.º 2009. I.171 de 2009-01-08.

4 — Os atos praticados ao abrigo da subdelegação de competências constantes do presente despacho e que envolvam a assunção de encargos devem ser precedidos do prévio cabimento da correspondente despesa a efetuar pelo Departamento de Auditoria e Controlo de Gestão, e dar cumprimento às demais regras que no caso concreto devam ser observadas, designadamente as relativas à realização da despesa e à execução orçamental.

5 — Os limites fixados no presente despacho para efeitos de autorização de despesas incluem IVA.

6 — Os atos praticados no exercício dos poderes subdelegados nos termos dos números anteriores devem ser dados a conhecer à Diretora Coordenadora da Qualificação Formativa e Certificação, Dr.ª Rosa Alexandra de Jesus Pereira, mediante a apresentação de uma listagem dos despachos proferidos ao abrigo da presente subdelegação.

7 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando ratificados todos os atos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 20 de janeiro de 2014.

10 de fevereiro de 2015. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*.

208430297

## MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

### Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e da Economia e do Ambiente

#### Despacho n.º 2103/2015

Considerando que, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, foi concedida, através do Despacho conjunto n.º 354/2006, de 27 de abril, dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, a licença à Amb3E — Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (Amb3E), como entidade gestora de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), válida até 31 de dezembro de 2011;

Considerando o Despacho n.º 1516/2012, de 3 de fevereiro, que prorrogou o prazo da licença concedida à ERP pelo período de três

meses, automaticamente renovável por iguais períodos até à emissão da nova licença;

Considerando o Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o novo regime jurídico da gestão de REEE e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, estabelecendo, no n.º 2 do artigo 46.º, que até à emissão de novas licenças, mantêm-se em vigor as licenças atribuídas às entidades gestoras de REEE nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro;

Considerando o Despacho n.º 5616/2014, de 28 de abril, que aprova a tabela de valores da prestação financeira referidos no n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E, para o ano de 2014;

Considerando que a Amb3E apresentou, em procedimento de atualização anual ordinária, uma proposta de revisão dos valores da prestação financeira para o ano de 2015, consubstanciada na necessidade de garantir o equilíbrio financeiro face à contínua otimização e desenvolvimento do sistema e aos ganhos de eficiência na gestão de REEE;

Considerando o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e da Direção-Geral das Atividades Económicas;

Assim, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª da licença atribuída à entidade gestora Amb3E, determina-se o seguinte:

1 — É aprovada a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E para o ano de 2015, anexa ao presente despacho e do qual faz parte integrante;

2 — A tabela de valores da prestação financeira ora aprovada pode ser objeto de atualização intercalar extraordinária, sempre que se verifique necessidade de garantir o equilíbrio financeiro do sistema de gestão de REEE;

3 — É revogado o Despacho n.º 5616/2014, de 28 de abril.

4 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

5 de fevereiro de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e da Economia, *Leonardo Bandeira de Melo Mathias*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

#### ANEXO

#### Tabela a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da Amb3E

#### Prestação financeira em vigor para o ano de 2015

(euros/unidade de EEE colocados no mercado)

	€/unid
<b>CATEGORIA 1</b>	
1.1.1 Grandes aparelhos de arrefecimento <=20kg	1,02
1.1.2 Grandes aparelhos de arrefecimento]20-150kg]	4,18
1.1.3 Grandes aparelhos de arrefecimento >150kg	20,11
1.2.1 Grandes eletrodomésticos <= 150kg	2,05
1.2.2 Grandes eletrodomésticos > 150kg	13,55
1.3 Aparelhos para cozinhar ou transformar alimentos > 15kg	1,38
1.1.A) Aparelhos de ar condicionado e desumidificadores <= 40kg	1,37
1.2.A) Aparelhos de ar condicionado]40-100kg]	4,49
1.3.A) Aparelhos de ar condicionado]100-500kg]	12,08
1.4.A) Aparelhos de ar condicionado > 500kg	72,60
1.5.1.A) Aparelhos de aquecimento elétrico, ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento <= 10 kg	0,24
1.5.2.A) Aparelhos de aquecimento elétrico, ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento]10-150kg]	1,14
1.5.3.A) Aparelhos de aquecimento elétrico, ventilação, ventilação de exaustão e condicionamento > 150kg	27,62
<b>CATEGORIA 2</b>	
2.1.1 Pequenos equipamentos: relógios e equipamentos para uso doméstico, culinário, cuidado pessoal, higiene e saúde e outros <=0,2kg	0,01
2.1.2 Pequenos equipamentos: relógios e equipamentos para uso doméstico, culinário, cuidado pessoal, higiene e saúde e outros > 0,2kg	0,21

	€/unid
2.2.1 Aparelhos de Limpeza <= 5kg	0,17
2.2.2 Aparelhos de Limpeza > 5kg	0,35
<b>CATEGORIA 3</b>	
3.1.1 Desktop, servidores <= 25kg (sem monitor)	0,71
3.1.2 Desktop, servidores e main frames > 25kg (sem monitor)	3,69
3.2 Computadores portáteis	0,28
3.3.1 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma <= 15"	0,57
3.3.2 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma]15-22"]	0,39
3.3.3 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma]22-29"]	0,57
3.3.4 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma]29-42"]	0,84
3.3.5 Monitores CRT/LCD/TFT/Plasma > 42"	2,10
3.4 Impressoras e multifunções inkjet/geljet/outras tecnologias	0,59
3.5.1 Fotocopiadoras/impressoras/multifuncionais laser <= 20kg	0,34
3.5.2 Fotocopiadoras/impressoras/multifuncionais laser]20-60kg]	3,09
3.5.3 Fotocopiadoras/impressoras/multifuncionais laser > 60kg	10,29
3.6.1 Fotocopiadoras de grandes formatos/plotters <= 100kg	4,20
3.6.2 Fotocopiadoras de grandes formatos/plotters > 100kg	28,86
3.7 Faxes laser térmicos e outras tecnologias	0,59
3.8 Scanners	0,20
3.9 Calculadoras de bolso/portáteis/PDAs	0,01
3.10 Calculadoras com impressora/impressoras de talão	0,18
3.11 Caixas registadoras/POS	0,84
3.12 Telefones de secretária	0,08
3.13 Telefones sem fios	0,06
3.14 Telemóveis	0,01
3.15 Centrais Telefónicas (€/kg)	0,10€/kg
3.16.1 Outros Equipamentos <= 0,1kg	0,01
3.16.2 Outros Equipamentos]0,1-1kg]	0,05
3.16.3 Outros Equipamentos]1-5kg]	0,16
3.16.4 Outros Equipamentos]5-15kg]	0,66
3.16.5 Outros Equipamentos]15-50kg]	2,34
3.16.6 Outros Equipamentos > 50kg	18,70
<b>CATEGORIA 4</b>	
4.1.1 Aparelhos de televisão/CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância <= 15"	0,65
4.1.2 Aparelhos de televisão /CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância]15-22"]	0,40
4.1.3 Aparelhos de televisão /CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância]22-29"]	0,59
4.1.4 Aparelhos de televisão /CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância]29-42"]	0,90
4.1.5 Aparelhos de televisão /CRT/LCD/TFT/Plasmas e monitores de vigilância > 42"	1,40
4.2 Aparelhos de receção, gravação e reprodução áudio e vídeo/vídeo vigilância/material fotográfico	0,06
4.3.1 Aparelhos de Receção, gravação e reprodução áudio <= 1kg	0,05
4.3.2 Aparelhos de Receção, gravação e reprodução áudio > 1kg	0,62
4.4.1 Projetores de vídeo <= 5kg	0,25
4.4.2 Projetores de Vídeo/retroprojetores > 5kg	0,63
4.5.1 Pequenos equipamentos: áudio pessoal, áudio portátil, aparelhos de receção, gravação e reprodução vídeo, telecomandos e material fotográfico <= 0,1 kg	0,01
4.5.2 Pequenos equipamentos: áudio pessoal, áudio portátil, aparelhos de receção, gravação e reprodução vídeo, telecomandos e material fotográfico]0,1-0,5kg]	0,03
4.6.1 Instrumentos musicais <= 5kg	0,30
4.6.2 Instrumentos musicais > 5kg	0,86
4.7.1 Outros Equipamentos <= 0,1kg	0,01
4.7.2 Outros Equipamentos]0,1-1kg]	0,05
4.7.3 Outros Equipamentos]1-5kg]	0,27
4.7.4 Outros Equipamentos]5-15kg]	1,09
4.7.5 Outros Equipamentos]15-50kg]	1,78
4.7.6 Outros Equipamentos > 50kg	16,51

	€/unid
<b>CATEGORIA 5</b>	
5.1 Lâmpadas fluorescentes e de descarga .....	0,07
5.2.1 Luminárias <= 1kg .....	0,05
5.2.2 Luminárias]1-6kg] .....	0,22
5.2.3 Luminárias > 6kg .....	0,73
5.3.1 Outros equipamentos de iluminação ou equipamentos destinados a difundir ou controlar a luz, com exceção das lâmpadas de incandescência: lâmpadas LED .....	0,07
5.3.2 Outros equipamentos de iluminação ou equipamentos destinados a difundir ou controlar a luz, com exceção das lâmpadas de incandescência: outros .....	0,05
<b>CATEGORIA 6</b>	
6.1 Ferramentas elétricas a eletrónicas <= 1kg .....	0,02
6.2 Ferramentas elétricas a eletrónicas]1-5kg] .....	0,15
6.3 Ferramentas elétricas a eletrónicas]5-10kg] .....	0,39
6.4 Ferramentas elétricas a eletrónicas]10-15kg] .....	0,68
6.5 Ferramentas elétricas a eletrónicas]15-20kg] .....	1,01
6.6 Ferramentas elétricas a eletrónicas > 20kg .....	2,85
<b>CATEGORIA 7</b>	
7.1 Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer <= 0,5kg .....	0,01
7.2 Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer]0,5-5kg] .....	0,16
7.3 Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer]5-20kg] .....	0,53
7.4 Brinquedos e equipamentos de desporto e lazer > 20kg .....	4,69
<b>CATEGORIA 8</b>	
8.1 Aparelhos médicos <= 5kg .....	0,09
8.2 Aparelhos médicos]5-20kg] .....	0,98
8.3 Aparelhos médicos]20-100kg] .....	3,95
8.4 Aparelhos médicos > 100kg .....	46,69
<b>CATEGORIA 9</b>	
9.1 Instrumentos de monitorização e controlo sem substâncias radioativas .....	0,08
9.2 Instrumentos de monitorização e controlo com substâncias radioativas .....	0,17
<b>CATEGORIA 10</b>	
10.1 Distribuidores automáticos sem arrefecimento e refrigeração <= 20kg .....	0,66
10.2 Distribuidores automáticos sem arrefecimento e refrigeração]20-60kg] .....	4,19
10.3 Distribuidores automáticos sem arrefecimento e refrigeração > 60kg .....	14,96
10.4 Distribuidores automáticos com arrefecimento e refrigeração <= 60kg .....	3,26
10.5 Distribuidores automáticos com arrefecimento e refrigeração > 60kg .....	18,38

208427219

**Despacho n.º 2104/2015**

Considerando que, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro, foi concedida, através do Despacho conjunto n.º 353/2006, de 27 de abril, dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, a licença à ERP Portugal — Associação Gestora de Resíduos (ERP), como entidade gestora de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE), válida até 31 de dezembro de 2011;

Considerando o Despacho n.º 1650/2012, de 3 de fevereiro, que prorrogou o prazo da licença concedida à ERP pelo período de três meses, automaticamente renovável por iguais períodos até à emissão da nova licença;

Considerando o Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o novo regime jurídico da gestão de REEE e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2012/19/UE do Parlamento Europeu e do Conselho,

de 8 de junho de 2011, estabelecendo, no n.º 2 do artigo 46.º, que até à emissão de novas licenças, mantêm-se em vigor as licenças atribuídas às entidades gestoras de REEE nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro;

Considerando o Despacho n.º 7467/2013, de 11 de junho, que aprova a tabela de valores da prestação financeira referidos no n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da ERP, para o ano de 2013;

Considerando que a ERP apresentou, em procedimento de atualização anual ordinária, uma proposta de revisão dos valores da prestação financeira para o ano de 2015, consubstanciada na diminuição do valor da prestação financeira para todas as categorias de equipamentos elétricos e eletrónicos, justificada quer pela necessidade de decréscimo dos diferimentos na atual situação económica e também pelo aumento verificado nas quantidades declaradas pelos utentes no ano anterior face ao valor inicialmente orçamentado;

Considerando a necessidade de incluir uma prestação financeira para os painéis fotovoltaicos, que se encontram abrangidos no âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, concretamente na categoria 4 da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º;

Considerando o parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., e da Direção-Geral das Atividades Económicas;

Assim, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª da licença atribuída à entidade gestora ERP, determina-se o seguinte:

1 — É aprovada a tabela de valores da prestação financeira a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da ERP para o ano de 2015, anexa ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

2 — A tabela de valores da prestação financeira ora aprovada pode ser objeto de atualização intercalar extraordinária, sempre que se verifique necessidade de garantir o equilíbrio financeiro do sistema de gestão de REEE.

3 — É revogado o Despacho n.º 7467/2013, de 11 de junho.

4 — O presente Despacho produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

5 de fevereiro de 2015. — O Secretário de Estado Adjunto e da Economia, *Leonardo Bandeira de Melo Mathias*. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Paulo Guilherme da Silva Lemos*.

**ANEXO****Tabela a que se refere o n.º 1 da cláusula 6.ª da licença da ERP****Prestação financeira em vigor para o ano de 2015**

(euros/tonelada de EEE colocados no mercado)

Categoria de EEE	Preço
Arrefecimento .....	66,30
Grandes Eletrodomésticos .....	35,00
TV e Monitores .....	90,00
Outros. ....	47,12
Lâmpadas fluorescentes (clássicas e compactas) e de descarga e baixa pressão .....	455,00
Lâmpadas LED .....	430,00
Painéis solares .....	28,00

208427065

**MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA SAÚDE****Gabinetes dos Ministros da Economia e da Saúde****Despacho n.º 2105/2015**

O Ministério da Saúde e o Ministério da Economia, através do Despacho n.º 15689/2012, de 3 de dezembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 238, de 10 de dezembro, determinaram a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial “com o objetivo de contribuir para a estruturação do produto Turismo de Saúde”, através “do desenvolvimento de um plano de ação”.

Em 28 de abril de 2014, o Grupo de Trabalho Interministerial concluiu o trabalho para o qual foi mandatado nos termos do referido despacho,